

CARVALHO, Miguel de

*sen. RJ 1915-1930.

Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho nasceu na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império, no dia 7 de fevereiro de 1849, filho de Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho e de Francisca Constança Leite de Carvalho. Seu pai e homônimo foi comendador, capitão de mar e guerra e chefe do corpo de fazenda da Armada.

Ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo em 1867 e no ano seguinte transferiu-se para a Faculdade de Direito do Recife, onde concluiu o curso em 1872. Em agosto de 1873 foi nomeado juiz municipal em Cantagalo (RJ) e a partir de 1882 dedicou-se à advocacia, abandonando o antigo cargo. Ingressou também no Partido Conservador, onde iniciou sua aproximação com Paulino José Soares de Sousa, o conselheiro Paulino, senador e ministro do Império. No final da década de 1880 passou a dirigir o *Correio de Cantagalo*, jornal ligado aos conservadores.

NA POLÍTICA FLUMINENSE

Quando a República foi proclamada em 15 de novembro de 1889, de início não aderiu ao regime. Continuou aliado do conselheiro Paulino e, quando este fundou o Partido Republicano Moderado, logo ingressou em suas fileiras. Permaneceu na direção do *Correio de Cantagalo* e fez oposição a Francisco Portela, que, nomeado governador do estado por Deodoro da Fonseca, favoreceu seu poder pessoal em detrimento da corrente republicana fluminense. Quando das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, em 15 de setembro de 1890, o Partido Republicano Moderado, mesmo com grande potencial político-eleitoral, não participou, pois o conselheiro Paulino afirmou que o processo eleitoral seria uma farsa e que o governo Portela elegeria quem quisesse. Nas eleições para a Assembleia Constituinte Estadual, no ano seguinte, José Tomás da Porciúncula e outros republicanos históricos, depois de derrotados pelo grupo apoiado por Portela nas eleições para a

Constituinte Nacional, defenderam a união de sua corrente com a do Partido Republicano Moderado, mas, mesmo assim, mais uma vez a corrente portelista foi vencedora.

Quando da queda de Portela em 10 de dezembro de 1891, assumiu o governo do estado Carlos Baltasar da Silveira, apoiado por Floriano Peixoto, que por sua vez havia substituído Deodoro na presidência da República. Miguel de Carvalho foi então nomeado secretário geral interino do governo fluminense e dez dias depois assumiu a Secretaria de Negócios, Justiça, Legislação e Instrução Pública e Particular. Baltasar da Silveira em sua administração procurou desmontar a rede política criada por seu antecessor e, dessa forma, fechou o Congresso estadual, revogou a Constituição fluminense de 1891 e convocou eleições para uma nova Constituinte estadual. Em 15 de janeiro de 1892 Miguel de Carvalho foi assim eleito deputado constituinte, na chapa apoiada pelo governo estadual. A nova Constituição do estado do Rio de Janeiro foi promulgada em 9 de abril de 1892, e, nessa data, Baltasar da Silveira e Miguel de Carvalho foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente provisórios do estado, já que novas eleições para o Legislativo e o Executivo estaduais foram marcadas para o dia 24 do mesmo mês. Nesse pleito, José Tomás da Porciúncula foi eleito presidente do estado do Rio de Janeiro e assumiu o governo em 3 de maio seguinte.

No governo de Porciúncula (1892-1894) Miguel de Carvalho foi nomeado secretário de Negócios do Interior e Justiça e depois de Obras Públicas e Indústrias. Durante a Revolta da Armada – levante de oposição a Floriano que envolveu a Esquadra fundeada na baía de Guanabara e se estendeu de setembro de 1893 a março de 1894, sob a chefia do almirante Custódio de Melo e mais tarde do almirante Luís Filipe Saldanha da Gama – lutou contra os revoltosos na cidade de Niterói, e por essa atuação ganhou honras de coronel, conferidas pelo presidente. Passou também a integrar o Partido Republicano Fluminense (PRF), liderado por Porciúncula, de quem se aproximara politicamente. Na sucessão estadual de 1894, apoiou Joaquim Maurício de Abreu, um dos vice-presidentes do estado e também membro do PRF.

Em janeiro de 1895, liderou a reunião de seu partido realizada em Petrópolis, e indicou a

formação da mesa diretora dos trabalhos, responsável por discutir questões relativas à direção partidária. Também em 1895 publicou *Organização partidária do estado do Rio de Janeiro – 1889 a 1894*, livro que garantiria seu ingresso no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1899. Ainda em 1895 tornou-se tesoureiro da Companhia Estrada de Ferro Leopoldina e, mesmo sem ocupar cargo público, continuou atuando na política fluminense. Em 1896 participou da reorganização do PRF, na qual a liderança de Porciúncula, agora deputado federal (1895-1897), foi consolidada, em oposição à facção chefiada por Lourenço Maria de Almeida Batista, o barão de Miracema. Nessa reconfiguração, tornou-se membro da comissão executiva do partido e chefe político da agremiação no terceiro distrito eleitoral do estado, com sede em Cantagalo e composto também pelos municípios de Pádua, São Fidelis, Itaocara, São Francisco de Paula, Duas Barras, Carmo, Friburgo e Santana do Macacu.

Em 1897 apoiou a eleição de Alberto Torres, membro do PRF, para a presidência do estado do Rio de Janeiro (1897-1900). No governo de Alberto Torres, contudo, o PRF sofreu uma cisão. O novo presidente estadual rebelou-se contra a liderança partidária de Porciúncula, agora senador (1897-1901), que exigia que o governo fluminense fortalecesse seu partido. Ao lado de seus aliados na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), Porciúncula e Miguel de Carvalho chegaram a articular uma tentativa de *impeachment* de Alberto Torres. A tensão ficou expressa nas bancadas estaduais e federais do PRF, que se dividiram em torno dos partidários do presidente estadual e seus opositores. Com essa situação, depois de parte da comissão executiva do PRF ter renunciado a seus cargos dentro da agremiação, em 23 de julho fundou-se o Partido Republicano do Rio de Janeiro (PRRJ), liderado por Alberto Torres. Com a nova reconfiguração política, a ALERJ ficou dividida entre os dois partidos, e os deputados do 3º distrito eleitoral permaneceram fiéis a Miguel de Carvalho e ao PRF.

Na sucessão de Alberto Torres, numa tentativa de conter a crise fluminense, Quintino Bocaiúva, ex-senador (1890-1899) e então ministro das Relações Exteriores (1899-1900), foi indicado candidato com o apoio do PRF. Miguel de Carvalho afirmou que fora ele

próprio quem indicara o nome de Quintino. Nas eleições para a ALERJ, realizadas em 30 de dezembro de 1900, o PRF foi derrotado pelo PRRJ, conseguindo eleger apenas cinco deputados.

Durante o governo de Quintino Bocaiúva (1900-1903), o PRF não integrou a administração estadual e passou a fazer oposição ao governo. Contudo, quando o presidente estadual concorreu à presidência da República em 1902, contou com o apoio do PRF e de Miguel de Carvalho, liderança máxima do partido desde o falecimento de Porciúncula em 1901. Esse apoio é explicado pela tentativa do partido de conter o processo de desgaste que vinha sofrendo desde a cisão e de preservar o controle político de alguns municípios, seus tradicionais redutos eleitorais. As eleições presidenciais de 1º de março de 1902 foram afinal vencidas por Rodrigues Alves (1902-1906).

Nesse momento, Nilo Peçanha, deputado federal desde 1890, iniciava sua trajetória como a principal liderança política fluminense na Primeira República, e foi indicado por Quintino Bocaiúva para concorrer à presidência estadual. Inicialmente o grupo miguelista demonstrou certa oposição a Nilo, mas este se aproximou de Miguel de Carvalho, em busca de uma aliança para conter as outras facções políticas que faziam oposição à sua liderança. Assim, como resultado do acordo, cinco candidatos ligados a Miguel de Carvalho foram incluídos na chapa oficial do governo que concorreu às eleições federais de fevereiro de 1903 e foram todos eleitos. A sigla PRF passou então a designar o partido situacionista, liderado por Nilo Peçanha, que em julho de 1903 foi eleito presidente do estado do Rio (1903-1906), enquanto o grupo miguelista passou a formar uma minoria no partido.

Mesmo com o acordo, a bancada miguelista na Câmara dos Deputados foi opositora de Nilo e do governo do sucessor deste, Alfredo Backer. Nesse período, aliás, enquanto Backer assumia o governo fluminense (1906-1910), Nilo assumia a vice-presidência (1906-1909) e, com a morte de Afonso Pena, a presidência da República (1909-1910). Com o rompimento político entre Nilo e Backer, Miguel de Carvalho se aproximou deste último, mantendo uma postura de oposição ao nilismo.

Na sucessão de Backer, Miguel de Carvalho apoiou o candidato backerista Manuel

Edwiges Queirós Viana contra o nilista Francisco Chaves de Oliveira Botelho. Nesse pleito, marcado pela divisão da ALERJ em duas e pela intervenção do Supremo Tribunal Federal (STF), Oliveira Botelho foi vitorioso (1910-1914) e ratificou sua aliança com o presidente marechal Hermes da Fonseca (1910-1914) e com o senador gaúcho Pinheiro Machado (1890-1915), um dos principais nomes da política nacional, que haviam apoiado sua candidatura na esfera federal. Essa união ficou expressa na integração do PRF ao Partido Republicano Conservador (PRC), fundado por Pinheiro Machado uma semana antes da posse de Hermes da Fonseca com o objetivo de promover a união das oligarquias dominantes e dos militares em uma agremiação nacional que apoiaria o novo presidente da República. Com isso, a partir de fevereiro de 1911, o partido situacionista do estado do Rio de Janeiro passou a se denominar Partido Republicano Conservador Fluminense (PRCF), enquanto a sigla PRF ficou sendo utilizada pela oposição, inclusive por Miguel de Carvalho e seu grupo.

Nas eleições federais de janeiro de 1912, o PRF lançou uma chapa completa de candidatos, sendo parte deles miguelista, mas nenhum candidato da oposição foi eleito. Em dezembro, no pleito para renovação da ALERJ, a oposição mais uma vez concorreu, organizada por Miguel de Carvalho, e dessa vez elegeu dois deputados estaduais.

Em 1913, com o distanciamento político entre Nilo Peçanha e Pinheiro Machado, a oposição fluminense alinou-se com o senador gaúcho, e surgiram boatos de fundação de um partido no estado do Rio de Janeiro de apoio a Pinheiro Machado, liderado por Miguel de Carvalho e pelos ex-presidentes estaduais Alfredo Backer e Francisco Portela, agora senador (1912-1913). Essa agremiação não foi concretizada, mas com o rompimento definitivo entre Nilo e Pinheiro Machado os nilistas voltaram a usar a sigla do PRF, enquanto a oposição, assim como os miguelistas, migrou para o PRCF. Contudo, os miguelistas tiveram uma atuação discreta na nova legenda e nenhum dos seus integrantes ocupou cargo na comissão executiva do partido.

Em 1914 Oliveira Botelho e Nilo Peçanha romperam, diante da imposição do primeiro do nome de Feliciano Sodré para a sua sucessão, apoiado por Pinheiro Machado. Diante da

divergência, Nilo lançou-se ele próprio candidato ao governo fluminense e, em mais uma eleição marcada pela dualidade da ALERJ e pela interferência do STF, foi eleito presidente estadual pela segunda vez (1914-1917).

NO SENADO

Nesse clima de instabilidade, e em busca de legitimidade política, Nilo Peçanha procurou dar espaço para seus opositores e permitiu a eleição de parte da oposição nas eleições federais de janeiro de 1915. Assim, oito candidatos do PRCF foram eleitos para a Câmara dos Deputados, e Miguel de Carvalho foi eleito senador pelo estado do Rio de Janeiro.

No Senado, Federal Miguel de Carvalho continuou na oposição a Nilo Peçanha e logo demonstrou apoio a Pinheiro Machado, mas, com o falecimento deste ainda em setembro de 1915, a oposição fluminense desorganizou-se. Em 1919, contudo, a oposição ao nilismo fortaleceu-se após a vitória de Epitácio Pessoa (1919-1922) no pleito presidencial. Como Nilo Peçanha apoiou o candidato derrotado Rui Barbosa, a oposição estadual ganhou mais espaço político e teve mais força e recursos eleitorais. Em maio de 1920, o PRF realizou uma convenção partidária, e entre as várias deliberações foi decidido que os nilistas passariam a referir-se a seu partido como Partido Republicano do Rio de Janeiro (PRRJ), em vez de PRF, sigla que passou a ser adotada pela oposição, inclusive por Miguel de Carvalho. Em março de 1922, o nilismo sofreu mais um forte abalo, com a derrota de Nilo Peçanha na eleição para a presidência da República na chapa da Reação Republicana, e com a vitória de Artur Bernardes (1922-1926). Depois dos sucessivos reveses na esfera federal, o nilismo entrou em derrocada.

Nas eleições para a presidência do estado do Rio em 1922, Miguel de Carvalho apoiou o candidato do PRF Feliciano Sodré contra o candidato nilista Raul Fernandes. Diante de mais uma eleição conturbada, na qual os dois candidatos se declararam eleitos, reconhecidos por duas assembleias legislativas distintas, o presidente Artur Bernardes decretou a intervenção federal no estado do Rio de Janeiro, nomeou Aurelino Leal

interventor federal e convocou novo pleito para outubro de 1923. Miguel de Carvalho continuou apoiando Feliciano Sodré, mais uma vez candidato e dessa vez vitorioso.

O governo de Sodré (1923-1927) diminuiu a influência nilista no estado, o que foi percebido nas eleições federais de fevereiro de 1924, quando todos os candidatos apoiados pelo Executivo estadual foram eleitos. Nesse pleito Miguel de Carvalho foi reeleito senador, e em agosto, durante a convenção do PRF, foi também eleito presidente da comissão executiva do partido. Em 1927 apoiou a eleição de Manuel Duarte para presidente estadual (1927-1930) e fortaleceu ainda mais a relação do PRF com o governo federal, através do apoio ao presidente Washington Luís (1926-1930) e da conquista de importantes postos para políticos fluminenses, como a nomeação do ex-presidente estadual Oliveira Botelho para o Ministério da Fazenda.

Miguel de Carvalho ocupou sua cadeira no Senado Federal até outubro de 1930, quando perdeu o mandato em decorrência da vitória da Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país. Durante os anos em que foi senador, foi membro das comissões de Instrução Pública, Obras Públicas e Empresas Privilegiadas; de Constituição; de Comércio, Agricultura, Indústrias e Artes; de Diplomacia, Tratados e Legislação Social; e de Finanças.

Em 1934 voltou a atuar no PRF, quando surgiram disputas pela direção do partido relacionadas à eleição da comissão executiva e à formulação de um novo programa partidário. Nesse embate, pertencia a uma facção, também composta por Acúrcio Torres e Galdino do Vale Filho e liderada pelo ex-presidente Manuel Duarte, que defendia a total reformulação do partido e a elaboração de um novo programa adequado às condições do país. Esse grupo foi derrotado pela facção de Oliveira Botelho. Depois dessa derrota interna, Manuel Duarte desligou-se do PRF e fundou no mês de maio o Partido Evolucionista do Rio de Janeiro, que em 1937 sustentou a candidatura de José Américo de Almeida, mas foi extinto junto com os demais partidos do país com a instituição do Estado Novo.

Miguel de Carvalho foi também membro e presidente da Sociedade Protetora das Belas Artes, sócio protetor da Liga Brasileira contra a Tuberculose, sócio honorário da Caixa

Beneficente Teatral, sócio benfeitor da União Funerária 1º de Julho, sócio benemérito do Instituto Hahnemaniano do Brasil, benfeitor do Centro Cívico Pinheiro Machado, e provedor, conselheiro da mesa e mordomo da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro.

Faleceu no dia 23 de junho de 1944.

Foi casado com Isabel do Vale Carvalho.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; FERREIRA, M. *República*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico* (v.185).